



FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS
INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE MEDICINA

CAIO OLIVEIRA MOREIRA
VICTORIA LOURENÇO TKATCH

**A ADESÃO/TRANSFERÊNCIA DO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE PELOS
ACADÊMICOS DE MEDICINA DO FAPAC/ITPAC PORTO PARA O MUNICÍPIO DE
PORTO NACIONAL-TO**

PORTO NACIONAL – TO.

2019

**CAIO OLIVEIRA MOREIRA
VICTÓRIA LOURENÇO TKATCH**

**A ADESÃO/TRANSFERÊNCIA DO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE PELOS
ACADÊMICOS DE MEDICINA DO FAPAC/ITPAC PORTO PARA O MUNICÍPIO DE
PORTO NACIONAL-TO**

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Medicina da FAPAC – Faculdade Presidente Antônio Carlos ITPAC Porto Nacional, como requisito parcial para aprovação da disciplina de Trabalho de Conclusão.

Orientador: Prof.^a Esp. Maria Dilce Wânia R. A. Nascimento.

**PORTO NACIONAL – TO
2019**

**CAIO OLIVEIRA MOREIRA
VICTÓRIA LOURENÇO TKATCH**

**A ADESÃO/TRANSFERÊNCIA DO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE PELOS
ACADÊMICOS DE MEDICINA DO FAPAC/ITPAC PORTO PARA O MUNICÍPIO DE
PORTO NACIONAL-TO**

Projeto de pesquisa submetido E apresentado ao Curso de Medicina da FAPAC Faculdade Presidente Antônio Carlos ITPAC Porto Nacional, com requisito parcial para aprovação da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I.

Aprovado em: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Esp. Maria Dilce Wânia R. A Nascimento

Prof.^a Ms. Denise Costa Ramos

Prof.^a Dra. Tathiana Nascimento Marques

PORTO NACIONAL – TO

2019

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SUS- Sistema Único de Saúde

CNS- Cartão Nacional da Saúde

CADSUS- Sistema de cadastramento de usuários do SUS

ESF- Estratégia de Saúde da Família

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT	8
1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 PROBLEMA.....	10
1.2 HIPÓTESE.....	10
1.3 JUSTIFICATIVA.....	10
2. OBJETIVOS.....	11
2.1 OBJETIVO GERAL	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
3.REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
3.1 HISTÓRICO DO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE.....	12
3.2 PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE	13
3.3 PLANOS DE SAÚDE MÉDICO-HOSPITALARES E ADESÃO DA POPULAÇÃO GERAL.....	14
4. METODOLOGIA.....	16
4.1 DESENHO DE ESTUDO	16
4.2 LOCAL E PERÍODO DA REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	16
4.3 POPULAÇÃO EM AMOSTRA.....	16
4.4 CRITÉRIOS.....	16
4.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	17
4.6 VARIÁVEIS	17
4.7 ANÁLISE DE DADOS	17
5. DELINEAMENTO DE PESQUISA	18
6. ASPECTOS ÉTICOS.....	19
6.1 RISCOS	19
6.2 BENEFÍCIOS	19
7. DESFECHOS.....	20
7.1 Desfecho Primário.....	20
7.2 Desfecho Secundário.....	20
8. CRONOGRAMA	21
9. ORÇAMENTO	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	23

APÊNDICE A.....25
APÊNDICE B.....27
APÊNDICE C30
APÊNDICE D32

RESUMO

Introdução - O cartão SUS é a chave de entrada do usuário aos serviços de saúde. Idealizado em 1999, é instrumento de grande importância para coleta e armazenamento de dados tanto para o indivíduo quanto para a comunidade, fazendo com que os dados armazenados no cartão definam como será a distribuição de recursos e organização do município, o que demonstra a importância de todos os cidadãos possuírem tal documento e conscientização dos futuros profissionais da saúde. **Objetivo** - Conhecer a realidade do município de Porto Nacional TO e dos estudantes que residem no mesmo quanto ao conhecimento, atualização e transferência do cartão SUS, assim como se os mesmos utilizam os serviços públicos de saúde. **Metodologia** - Os sujeitos entrevistados serão alunos da FAPAC/ITPAC PORTO, que estarão de acordo em realizar a pesquisa, assinando o termo de Consentimento. A pesquisa será feita por questionário impresso preservando a identidade dos participantes. **Desfecho** - Com a pesquisa espera-se identificar qual a situação dos estudantes de medicina perante o Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde. Estudantes. Coleta de dados.

ABSTRACT

Introduction - The SUS card is the user's entry key to health services. Idealized in 1999, it is an important instrument for collecting and storing data for both the individual and the community, making the data stored on the card define how the distribution of resources and organization of the municipality will be, which demonstrates the importance of all citizens have such a document and awareness of future health professionals. **Objective** - To know the reality of the city of Porto Nacional TO and the students residing in it regarding the knowledge, updating and transfer of the SUS card, as well as whether they use public health services. **Methodology** - The subjects interviewed will be FAPAC students / ITPAC PORTO, who will agree to conduct the research by signing the consent form. The research will be done by printed questionnaire preserving the identity of the participants. **Outcome** - The research hopes to identify the situation of medical students before the Unified Health System.

Keywords: Unified Health System. Students. Data collection.

1. INTRODUÇÃO

A saúde pública no Brasil é regida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), idealizado pelo 8ª Conferência Nacional de Saúde em março de 1986, criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 8080/90. Sua principal função é a democratização da saúde, tratando com equidade todos os cidadãos brasileiros, dando acesso desde a atenção primária, com a promoção e prevenção de saúde, até serviços de alta complexidade, também envolvendo a coleta de dados epidemiológicos e ações específicas para cada região do Brasil.

Diariamente milhares de brasileiros necessitam de atendimento público ou serviços relacionados à saúde. Para uma melhor organização do sistema, em 1999 foi institucionalizada uma nova ferramenta para auxiliar na identificação e coleta de dados do usuário do SUS: o cartão nacional de saúde. Através deste cartão, se tornaria mais fácil planejar, organizar e efetuar práticas de políticas públicas de acordo com a necessidade de cada região, cobrindo assim o princípio de universalidade do SUS.

Buscando dar sentido a uma unificação da saúde brasileira, o cartão SUS pode ser usado em qualquer cidade do território nacional, pois nele contém todas as informações pregressas do então paciente, que serão necessárias para dar segmento a consultas, acesso a medicamentos, exames e acompanhamento de doenças do indivíduo, que podem ser acessados em uma espécie de prontuário eletrônico, garantindo assim, a integralidade do atendimento.

Não apenas centrado no indivíduo, o cartão SUS também busca colher informações relevantes para os municípios, tornando possível a descentralização da saúde, dando autonomia ao município e gerando dados epidemiológicos que serão utilizados para elaboração de políticas públicas voltadas às necessidades locais, assim como envio de recursos financeiros de acordo com a demanda.

É importante salientar que os dados coletados e armazenados no cartão vão nortear as ações específicas ao local, ou seja, todos os projetos serão pensados de acordo com os dados colhidos. Se tais dados não estiverem atualizados o sistema não será fidedigno às necessidades do local.

O município de Porto Nacional -TO é um polo educacional focado para a área da saúde, pois possui cursos como medicina, odontologia e enfermagem. Com

duração de 5 anos em média a permanência dos alunos na cidade, faz com que os alunos necessitem no decorrer de tal tempo, usarem os serviços de saúde do município.

1.1 PROBLEMA

Identificar como é a transferência e a adesão do cartão SUS pelos acadêmicos de medicina do FAPAC/ITPAC Porto para o município de residência, visto que o acesso à saúde se dá inicialmente pelo uso deste cartão.

1.2 HIPÓTESE

A falta de conhecimento sobre a importância do cartão SUS faz com que os estudantes não atualizem tal documento, atrapalhando o planejamento e a implementação de políticas públicas no âmbito municipal.

A pouca transferência do cartão SUS dar-se-á pelo fato dos acadêmicos não fazerem uso dos serviços de saúde públicos por terem plano de saúde particular.

1.3 JUSTIFICATIVA

A cidade de Porto Nacional-TO recebe semestralmente uma grande quantidade de estudantes de medicina, que utilizarão a saúde pública em algum momento da sua vida acadêmica, sejam em uma simples consulta, em serviços de pronto atendimento, pedidos de exame, ou em campanhas de vacinação, entre outros. Sendo assim imprescindível a adesão ou transferência desses estudantes do cartão SUS da sua cidade de origem para a cidade de Porto Nacional-TO, que é a cidade que o mesmo está residindo.

Os gastos gerados por esses estudantes interferem diretamente na administração do município, contudo se tais estudantes não estiverem com o cartão SUS atualizado, os recursos não chegarão à secretaria de saúde, ou ainda pior, as despesas irão gerar um déficit orçamentário, prejudicando toda a população que depende unicamente dos recursos públicos provenientes do SUS.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Definir se há adesão ou transferência do cartão SUS dos estudantes de medicina da FAPAC/ITPAC Porto de seu local de origem para o município de Porto Nacional – TO.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1- Conhecer o percentual dos acadêmicos de medicina de Porto Nacional – TO que faz uso do cartão SUS.
- 2- Identificar os motivos pelo qual não faz uso desse cartão.
- 3- Coletar informações acerca dos acadêmicos de medicina e o uso do cartão SUS.

3.REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 HISTÓRICO DO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE

O Sistema Único de Saúde (SUS) é o sistema de saúde pública do Brasil. Ele foi regulamentado pela Constituição de 1988 (lei nº8.080/1990), e possui como princípios a universalidade, integralidade e equidade no cuidado a seus usuários. Atualmente, cada indivíduo da população adstrita possui seu próprio Cartão Nacional de Saúde (CNS), que possui um número identificador único e que garante o acesso aos serviços de saúde oferecidos pelo Sistema (BRASIL, 2012; MALTA et al, 2017).

O cartão nacional de saúde foi formalmente anunciado com a publicação da Norma Operacional Básica de 1996, a NOB 96. Porém sua idealização remonta de um bom tempo antes, em 1961, quando o Ministro da Saúde do governo do Presidente Jânio Quadros registrou a necessidade de se haver um sistema único de estatísticas. Este sistema teria a finalidade de organizar e individualizar as experiências de cada cidadão para com os diversos sistemas públicos oferecidos pelo governo. (LEVY, 2011; SILVA, 2016).

Na década de 1970, o Brigadeiro Eneu Garcez dos Reis tentou elaborar uma forma de uniformizar a coleta de dados e identificação dos usuários, porém este não obteve sucesso e foi amplamente criticado pelas pessoas de sua época, tendo seu projeto chegado a ser comparado ao sistema nazista de identificação no antebraço dos presos em campos de concentração. O mentor do projeto chegou a se referir ao processo dizendo: “numerados um a um, como bois”. (LEVY, 2011; VIANNA, 2014). Este registro era chamado de Registro Nacional para Pessoas Naturais (RENAPE), foi instituído formalmente em 25.04.1976 e tinha como objetivo ser um instrumento ativo para organização dos serviços governamentais, em que os cidadãos poderiam participar de forma ativa. Nesse registro é notável ainda que entre os benefícios foram citados: completa individualização do sujeito através da identidade, sigilo, capacidade de comprovação jurídica, penal e policial, histórico civil, dentre outros. (VIANNA, 2014).

Em 1996, o Cartão Nacional de Saúde (CNS) foi formalmente anunciado a partir da implementação da NOB 96, e nele pretendia-se melhorar sob diversos vieses a qualidade de atendimento e a experiência do usuário para com os sistemas

públicos de saúde. Portanto todo brasileiro deveria ter posse de seu cartão identificador único, semelhante aos cartões magnéticos de bancos, a fim de ser identificado. (SILVA, 2016)

Esse cartão passaria a abordar os âmbitos médico, epidemiológico e sanitário. (LEVY, 2011). Mas somente em 1999 este projeto foi iniciado, sob a forma de um Projeto Piloto (CUNHA, 2002) e em 2001, através da Portaria MS nº95 de janeiro de 2001 a Norma Operacional da Assistência à Saúde (NOAS-SUS) aprovou a utilização do uso do cartão como identificador dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). (BRASIL, 2001).

No ano de 2002, os cadastros já haviam atingido um total de 13 milhões de pessoas, com cobertura de 40 municípios além da participação de diversos órgãos colaboradores. Porém em 2003, o projeto piloto de inserção do CNS, foi praticamente interrompido devido a diversas dificuldades técnicas, como a implementação de *softwares*, e o controle no número de cadastramento de cada indivíduo. Mas, com a correta utilização da tecnologia, esses desafios foram superados e ao final de 2006 foi implementado o CADSUS, permitindo evitar cadastros duplos e a consulta dos dados provenientes das bases nacionais. (SILVA, 2016).

Atualmente, o SUS oferece inúmeros serviços, como medicamentos, transplantes de órgãos, entre outros. Os números dos serviços oferecidos são bastante impressionantes, com cerca de 2 bilhões de procedimentos ambulatoriais (incluindo exames diagnósticos, pequenas cirurgias, procedimentos especializados diversos, etc) realizados por ano, 11 milhões de internações hospitalares, 150.000 vacinas e 200.000 cirurgias cardíacas realizadas, no período de apenas um ano. E o CNS se torna uma ferramenta que facilita o acesso da população a esses serviços ofertados (GAVA, 2016).

3.2 PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE

Dentre os princípios envolvidos na inserção do cartão nacional de saúde, estão: 1-Privacidade: está intimamente relacionada à confidencialidade ética e legal da prática médica, como o acesso a prontuários e o sigilo dos pacientes. 2- Garantia de acesso: garante ao usuário que mesmo não estando sob posse de seu cartão, não lhe deve ser negado qualquer tipo de atendimento. 3- Validade Nacional:

assegura o acesso a serviços médicos públicos independentemente do local no país em que o indivíduo esteja, haja vista que a informatização proporciona esse acesso em qualquer unidade nacional. (BRASIL, 2012).

O objetivo principal do cartão é garantir que os princípios doutrinários do SUS sejam garantidos a toda a população, a partir da individualização de cada usuário. Entre os objetivos principais estão: Identificar, possibilitar o acesso aos serviços de saúde a nível nacional, garantir a confidencialidade do usuário, criar vínculo aos registros eletrônicos e possibilitar o acesso aos dados por parte dos usuários do SUS. (BRASIL, 2012).

3.3 PLANOS DE SAÚDE MÉDICO-HOSPITALARES E ADESÃO DA POPULAÇÃO GERAL

Desde sua criação, o SUS apresentou um significativo avanço em toda a sua complexa estruturação, desde no que tange à organização, informatização e disponibilidade de serviços (muitos desses que nem a rede privada proporciona), até no que se refere ao amplo cumprimento de seus princípios fundantes. Como uma alternativa aos serviços públicos de saúde, e com a visão capitalista, os planos de saúde surgiram como um setor complementar à rede pública. (MALTA et al, 2017).

Em 1940, surgiram no Brasil os primeiros planos de saúde médico-hospitalares, que são serviços oferecidos por empresas privadas com o intuito de prestar assistência médica paga, sendo representadas pelo subsetor Saúde Suplementar. Esses planos são amplamente monitorados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), desde o ano 2000 (Lei 9.961/2000), que regem as empresas que oferecem trabalhos médicos, odontológicos, seguradoras, entre outras. (FONTENELLE et al, 2017; MALTA et al, 2017).

Segundo pesquisas, a cobertura desses planos atingiu cerca de 26% da população no ano de 2015. Existem diferenças regionais no que tange à adesão da população. Por exemplo, nas regiões sul e sudeste há uma maior cobertura por esses planos, tendo em vista a quantidade elevada de população residente nas zonas urbanas. Com o aumento da idade e da classe econômica também há aumento na taxa de adesão. (FONTENELLE et al, 2017; MALTA et al, 2017).

Um estudo sobre a adesão a planos de saúde foi realizado por FONTENELLE (2017) e colaboradores, no município de Pelotas no Rio Grande do Sul, em um total

550 domicílios (1.491 pessoas) da área adscrita de uma Estratégia de Saúde da Família (ESF). Nesse estudo foi utilizado um inquérito em que seriam perguntados aos moradores aspectos referentes à utilização de serviços hospitalares públicos e privados. Como resultado, este estudo demonstrou que 31,3% das pessoas daquela região eram aderidas a algum plano de saúde, sendo que destas 57% eram aderidas apenas ao cartão de desconto, deixando no final um total de 12,7% aderidas integralmente ao plano de saúde e 16,9% a cartões de desconto. (FONTENELLE et al, 2017). Este estudo prova que a adesão a planos de saúde médico-hospitalares ainda é feita por uma quantidade pequena da população, e que a grande maioria recorre aos serviços de atendimento público para a utilização de serviços hospitalares.

Ainda outro estudo realizado por MALTA e colaboradores (2017), com dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) demonstrou que um total de 27,9% das pessoas entrevistadas refere em participar de algum plano de saúde, seja médico ou odontológico. Ainda retrata que não houve diferenças significativas em relação ao sexo, porém em relação à faixa etária houve uma maior adesão das pessoas mais velhas, indo ao encontro dos estudos de Fontenelle. Em relação aos níveis de instrução a prevalência foi maior em pessoas de nível superior completo, com 68,8% de adesão, enquanto as que possuíam níveis baixos de instrução chegou a 16,4%. (MALTA, 2017)

Portanto, ainda que haja um grande número de usuários da rede pública de saúde, há diversos desafios a serem ultrapassados, a fim de contribuir com a agilidade no processo de consultas da rede. Ao argumentar sobre os desafios, sobretudo no campo tecnológico, GAVA (2016) cita que:

Um dos desafios para avançar nessa questão é incorporar os estudos ergonômicos com a abordagem física e cognitiva do desenvolvimento da solução tecnológica, incorporar a concepção da realidade onde o homem está inserido: “compreender o trabalho para transformá-lo”, analisar a atividade de trabalho para conhecer a melhor forma de criar novos meios, preservando os estados físicos, psíquicos e a vida social dos trabalhadores. (GAVA, 2016, p. 892)

Portanto, o entendimento acerca de todo o processo de trabalho e atendimento nos diferentes âmbitos da saúde pública, poderá permitir uma melhora na experiência proporcionada aos usuários do sistema, além de aumentar o número de usuários que a utilizem como principal meio de busca por serviços médico-hospitalares. (GAVA, 2016).

4. METODOLOGIA

4.1 DESENHO DE ESTUDO

Trata-se de um estudo de natureza descritiva com abordagem qualitativa. Visando conhecer se os acadêmicos do FAPAC/ITPAC Porto têm conhecimento sobre a importância do cartão SUS, se estes fazem uso do sistema de saúde local e quando fizeram transferência para Porto Nacional - TO.

4.2 LOCAL E PERÍODO DA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa será realizada em Porto Nacional - TO, por acadêmicos de medicina que atuam em Porto Nacional - TO, no segundo semestre do ano de 2020 de 10 de agosto à 16 de outubro.

4.3 POPULAÇÃO EM AMOSTRA

A população do estudo serão os acadêmicos de medicina do primeiro, quarto e oitavo períodos do Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos, por estarem começando, na metade e no final dos períodos letivos e que atuam na cidade de Porto Nacional - TO.

A amostra será de 161 acadêmicos, que dá uma margem de 95% de confiança e 5% de erro, que estarão no 1º, 4º e 8º períodos do curso de medicina, pois esses períodos representam os estudantes que acabaram de chegar na cidade, que estão na metade do decorrer do curso e os que estão na reta final prestes a entrar no internato, presentes durante a pesquisa na cidade de Porto Nacional - TO.

4.4 CRITÉRIOS

4.4.1 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Os acadêmicos de medicina matriculados regularmente do FAPAC/ITPAC da cidade de Porto Nacional - TO que estiverem presentes e em pleno exercício de sua atividade acadêmica durante a realização da pesquisa.

Os acadêmicos de medicina da cidade de Porto Nacional - TO que concordarem em fazer parte da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

4.4.2 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Os acadêmicos de medicina que trancaram o curso no segundo semestre de 2020.

Os acadêmicos que não estiverem nas dependências da faculdade no momento da pesquisa.

4.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os pesquisadores, após aprovação do projeto, irão à faculdade de medicina do FAPAC/ITPAC Porto nos dias 17, 18, 19 e 20 de agosto para convidar acadêmicos em horário letivo para fazerem parte da pesquisa. Caso eles concordem, deverão assinar o TCLE. A coleta de dados será por meio de 300 questionários, com 19 questões objetivas elaboradas pelos pesquisadores e orientadora, aplicados por meio de documento impresso, preservando a identificação dos participantes, de acordo com o Código de Ética Médica. Os acadêmicos, professores, coordenadores e diretores da faculdade de medicina do ITPAC Porto em Porto Nacional - TO serão informados da intenção da pesquisa.

A análise de dados será feita por meio tabulação através do programa Excel e demonstração dos resultados através de gráficos e tabelas.

4.6 VARIÁVEIS

- Idade
- Gênero
- Período
- Município de origem
- Município de residência
- Portabilidade do CNS
- Conhecimento sobre o CNS
- Serviços do SUS

4.7 ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados será feita de acordo com os resultados obtidos no questionário, realizando a tabulação dos dados através do EXCEL. Bem como através da análise das respostas concedidas no questionário realizado.

5. DELINEAMENTO DE PESQUISA

O projeto de pesquisa aqui relatado surgiu na disciplina de Medicina de Família e Comunidade quando foi discutido sobre o cartão SUS ao mesmo tempo que se pôde notar que os estudantes não tinham o devido conhecimento sobre a importância dessa ferramenta para o devido funcionamento de todos os serviços de saúde do município.

O objetivo do trabalho é analisar se os estudantes de medicina do FAPAC/ITPAC Porto estão aderindo ao cartão SUS e mantendo-o atualizado. Após autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) os pesquisadores Caio Oliveira Moreira e Victória Lourenço Tkatch estarão no FAPAC/ITPAC Porto portando a Declaração de Anuência (APENDICE D) para coletar informações com questionário previamente estabelecido.

No período entre agosto a dezembro de 2020 os pesquisadores coletarão informações através de questionários, verificando se os acadêmicos se encaixam nos critérios de inclusão e exclusão, posteriormente, aqueles que se enquadrarem nos critérios de inclusão, serão entrevistados pelos pesquisadores que os convidarão a participarem da pesquisa apresentando o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APENDICE B), e explicando os objetivos da pesquisa, caracterizando ainda a privacidade do estudo, e se concordarem em participar assinando o TCLE, será realizado uma entrevista direcionada ao participante, por meio de um questionário, com respostas objetivas e subjetivas, com o objetivo de coletar informações quanto as variáveis de estudo. Os pesquisadores vão utilizar este questionário e, sempre que necessário, explicarão para os participantes durante a entrevista o significado de cada item perguntado, e assim registrarão no questionário as respostas indicadas pelos indivíduos. Os participantes, se assim quiserem, poderão a qualquer momento desistir de participar da pesquisa.

Após a coleta de dados, haverá a análise estatística dos dados e a elaboração de tabelas e/ou gráficos dos resultados obtidos, dessa forma, será possível, caracterizar melhor o processo de trabalho desses profissionais durante a assistência prestada a população.

6. ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa será realizada após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da FAPAC/ITPAC Porto Nacional e atenderá às Normas de Pesquisa envolvendo seres humanos do Conselho Nacional de Saúde.

6.1 RISCOS

A participação da pesquisa oferecerá riscos mínimos. No entanto poderá gerar desconforto e constrangimento mínimo, entretanto o voluntário (a) podendo desistir de participar a qualquer momento da pesquisa. O questionário será aplicado coletivamente em sala de aula preservando as informações dos participantes, em ambiente seguro, de modo que preserve o sigilo dos participantes.

No decorrer da divulgação dos dados, os pesquisadores terão a sensatez de garantir o sigilo, a privacidade, a proteção da imagem e a não divulgação dos envolvidos na pesquisa, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros, como estabelecido pela resolução nº 510/16.

6.2 BENEFÍCIOS

Essa pesquisa permitirá um maior conhecimento sobre a situação dos acadêmicos de medicina perante o SUS e a importância de possuir o cartão SUS e mantê-lo atualizado para que assim todos possam aderir ao sistema e compreender sua importância para o bom funcionamento dos serviços públicos de saúde, além de colaborar com a elaboração de políticas públicas pelo Ministério da Saúde.

7. DESFECHOS

7.1 Desfecho Primário

Conhecer quantitativamente a situação dos estudantes que estão ou não cadastrados no Sistema Único de Saúde através do cartão SUS.

7.2 Desfecho Secundário

Compreender a realidade dos estudantes para com o SUS e planos de saúde privados, saber se as formas de políticas públicas estão tendo o devido alcance em ambiente acadêmico. E por fim, publicar a pesquisa na Plataforma Brasil, e posterior apresentação de trabalho em congresso.

8. CRONOGRAMA

Quadro 1 – Cronograma de desenvolvimento do projeto “A ADESÃO/TRANSFERÊNCIA DO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE PELOS ACADÊMICOS DE MEDICINA DO FAPAC/ITPAC PORTO PARA O MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL-TO”

ATIVIDADES	Período de Execução									
	2º SEMESTRE DE 2020					APÓS A APROVAÇÃO DO CEP				
	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	M1	M2	M3	M4	M5
Elaboração de fundamentação teórica	X	X	X	X	X					
Delimitação do objetivo/ justificativa	X	X								
Delimitação da metodologia		X	X							
Pesquisa bibliográfica	X	X	X	X	X					
Apresentação do projeto de pesquisa				X						
Encaminhamento do Projeto ao CEP				X	X					
Coleta de Dados	X									
Análise e Interpretação de dados										
Elaboração do Artigo										
Apresentação do artigo										
Encontros com Orientador	X	X	X	X	X					

Fonte: Caio Moreira e Victória Tkatch (2019).

9. ORÇAMENTO

Quadro 2 – Orçamento de desenvolvimento do projeto “A ADESÃO/TRANSFERÊNCIA DO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE PELOS ACADEMICOS DE MEDICINA DO FAPAC/ITPAC PORTO PARA O MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL-TO”.

MATERIAL	QUANTIDADE	VALOR UNIDADE (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Papel A4	500 folhas	-	19,90
Caneta Esferográfica Azul	50	1,50	75,00
Gasolina	20 L	4,50 / L	90,00
Impressão	400 folhas	0,50 / folha	200,00
Pen Drive	1	18,95	18,95
Encadernação	3	2,00	6,00
Valor Total	-	-	409,85

Fonte: Caio Moreira e Victória Tkatch (2019).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa Departamento de Informática do SUS - DATASUS Esplanada dos Ministérios. **Cartão Nacional de Saúde: Normas e procedimentos de uso**. 2º Ed. Brasília, 2012.

BRASIL. Portaria nº95, de 26 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2001/prt0095_26_01_2001.html>. Acessado em 11 out. 2019.

CUNHA, R. E. Cartão Nacional de Saúde: os desafios da concepção e implantação de um sistema nacional de captura de informações de atendimento em saúde. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 869-878, 2002.

FONTENELLE, L. F. et al. Cobertura por plano de saúde ou cartão de desconto: inquérito domiciliar na área de abrangência da Estratégia Saúde da Família. **Cadernos de Saúde Pública**. [s.l.], v. 33, n. 10, 2017.

GAVA, M. et al. Incorporação da tecnologia da informação na Atenção Básica do SUS no Nordeste do Brasil: expectativas e experiências. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 891–902, 2016. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=113709428&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 11 out. 2019.

LEVY, S. **Cartão Nacional de Saúde – 15 anos de história**. [s.l.], 2011. Disponível em: <[www.escoladesaude.pr.gov.br](http://www.escoladesaude.pr.gov.br/File/historiaCartaoNacionaldeSaude) > File > historiaCartaoNacionaldeSaude>. Acessado em: 11 out. 2019.

MALTA, D. C. et al. Cobertura de Planos de Saúde na população brasileira, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**. [s.l.], v. 22, n. 1, pp. 179-190, 2017.

SILVA, C. R. **Cartão nacional de saúde: sua história e evolução**. Relatório apresentado como pré-requisito para conclusão do curso Técnico em registros e informações em saúde. (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2016.

VIANNA, M. **Um novo '1984'? O projeto RENAPE e as discussões tecnopolíticas no campo da informática brasileira durante os governos militares na década de 1970.** Oficina do Historiador. Rio Grande do Sul, 2014.

APÊNDICE A**QUESTIONÁRIO****A ADESÃO/TRANSFERÊNCIA DO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE PELOS
ACADEMICOS DE MEDICINA DO FAPAC/ITPAC PORTO PARA O MUNICÍPIO DE
PORTO NACIONAL-TO.**

1- Idade:

de 15 à 20 anos de 21 à 25 anos de 26 à 30 anos 31 anos
ou mais.

2- Período do curso de medicina:

1º 4º 8º

3- Sexo:

feminino masculino

4- Município e estado de residência:

Porto Nacional TO outro, descreva: _____

5- Sabe o que é o cartão SUS?

sim não

6- Possui cartão SUS? (Se a resposta for não, pular as perguntas 8 e 9)

sim não

7- Já realizou a transferência do cartão SUS para o município de residência?

sim não

8- Já fez uso do SUS desde que começou a faculdade? Se sim, especifique
onde (UPA, UBS, Hospital, outros):

sim não

9- Se não utilizou nenhum dos serviços, qual motivo:

Não houve necessidade possui plano de saúde

() outro, especificar _____ :

10- Já deixou de receber atendimento pela falta do cartão SUS?

sim não

11- Já foi orientado a fazer o cartão SUS?

sim não

APÊNDICE B



FAPAC - Faculdade Presidente Antônio Carlos.
INSTITUTO TOCANTINENSE PRES. ANTÔNIO CARLOS PORTO S/A
Rua 02, Qd. 07 - Jardim dos Ypês - Porto Nacional - TO - CEP 77.500-000
CX Postal 124 - Fone: (63) 3363 - 9600 - CNPJ - 10.261. 569/0001 - 64
www.itpacporto.com.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: **“A ADESÃO/TRANSFERÊNCIA DO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE PELOS ACADEMICOS DE MEDICINA DO FAPAC/ITPAC PORTO PARA O MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL-TO”**

A JUSTIFICATIVA, OS OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS: Este projeto tem o objetivo de identificar se os alunos da FAPAC/ITPAC Porto fizeram sua adesão ou transferiram seu cartão SUS do município de origem para poder usufruir dos serviços públicos de saúde e verificar, também, quem conhece e faz uso das instituições públicas de saúde que fazem parte do SUS. O objetivo é conhecer quantitativamente e qualitativamente a situação dos estudantes que estão ou não cadastrados no Sistema Único de Saúde através do cartão SUS. E compreender a realidade dos estudantes para com o SUS e planos de saúde privados, saber se as formas de políticas públicas estão tendo o devido alcance em ambiente acadêmico. Esse estudo começará em agosto de 2020 e terminará em dezembro de 2020. Será aplicado um questionário pelos pesquisadores e, sempre que necessário, explicarão para os participantes da pesquisa, o significado de cada item perguntado.

DESCONFORTOS E RISCOS: Os procedimentos estão de acordo com os critérios de Ética e Pesquisas em seres humanos, conforme a resolução nº466/12 do Conselho Nacional em Saúde, BRASÍLIA-DF. Durante a aplicação do questionário pode haver os riscos de desconforto mínimo, que podem gerar constrangimento em não saber responder à questão abordada. Para minimizar este risco os pesquisadores, garantem a não divulgação de nome e/ou origem dos participantes. O participante (a) poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA: Os pesquisadores irão abordar

os acadêmicos do 1º, 4º e 8º período do curso de medicina da FAPAC/ITPAC do município de Porto Nacional-TO que se adequam aos critérios de inclusão, com a autorização dos mesmos. Os acadêmicos participantes terão à disposição os pesquisadores para qualquer dúvida seja eliminada.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO E SIGILO: Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Sendo livre a recusar-se a participar, tirar seu reconhecimento ou interromper a participação a qualquer momento. A participação será voluntária e a sua recusa não acarretará penalidades ou perda de benefícios.

Os pesquisadores deverão tratar a sua identidade com sigilo profissional. Os resultados da pesquisa englobam todos os participantes. Seu nome, ou o material que identifique sua participação não serão liberados sem sua liberação. Portanto não será identificado (a) em publicação alguma que possa resultar este estudo. Uma cópia será arquivada no Curso de Medicina da Faculdade Presidente Antônio Carlos (FAPAC) - Campus Porto Nacional-TO e a outra será entregue a você.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS: A participação da pesquisa não gerará custos a você e não haverá nenhuma compensação financeira adicional. No caso se houver gastos deverão ser previstas uma compensação financeira que será calculada de acordo com os gastos reais do participante.

O (a) senhor (a) tem garantido os seguintes direitos:

De ter resposta a qualquer dúvida sobre os procedimentos, riscos e benefícios relacionados com a pesquisa;

De retirar o seu consentimento e deixar de participar do estudo a qualquer momento, e isso não vai implicar em prejuízo de qualquer natureza para sua pessoa;

Deixar de responder as perguntas que julgar impróprias;

De ter uma sala reservada para responder as perguntas do questionário para minimizar o risco de constrangimento;

De não assumir qualquer despesa ao participar da pesquisa;

De ter garantida indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Solicitamos autorizar também a utilização das informações dessa pesquisa em publicações científicas sem que seu nome apareça. Para obtenção de qualquer

tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, poderá entrar em contato com a pesquisadora/orientadora Prof.^a Esp. Maria Dilce Wânia Rodrigues de Almeida do Nascimento e com os pesquisadores Caio Oliveira Moreira e Victória Lourenço Tkatch, nos respectivos contatos telefônicos: (63) 99961-1045, (85) 99981-6026 e (63) 99940-6754.

Em caso de dúvidas ou preocupações quanto aos seus direitos como participante deste estudo, o (a) Senhor (a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) da FAPAC ITPAC PORTO, localizado na Rua 2 Quadra 07- Jardim dos Ipês – Centro – Porto Nacional – Tocantins CEP: 77500-00, através do telefone (63) 33639674. O horário de funcionamento é das 08:00 as 18:00 horas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Se o (a) senhor (a) concordar em participar desse estudo, solicitamos que assine este documento, em duas vias, sendo uma delas de sua propriedade, afirmando que entendeu as explicações e que está de acordo.

Eu, _____, fui informado (a) sobre o que as pesquisadoras querem fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser.

Data: ___/___/_____

Assinatura do participante

Assinatura da orientadora do projeto

Assinatura do pesquisador 1

Assinatura do pesquisador 2

APÊNDICE C



FAPAC - Faculdade Presidente Antônio Carlos.
INSTITUTO TOCANTINENSE PRES. ANTÔNIO CARLOS PORTO S/A
Rua 02, Qd. 07 - Jardim dos Ypês - Porto Nacional - TO - CEP 77.500-000
CX Postal 124 - Fone: (63) 3363 - 9600 - CNPJ - 10.261. 569/0001 - 64
www.itpacporto.com.br

CARTA DE ENCAMINHAMENTO AO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA

Senhor Coordenador

Prof. Dr. Pedro Carlinni Vicentine

Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da FAPAC/ITPAC/Porto

Senhor coordenador,

Encaminho o Projeto de Pesquisa intitulado **“A ADESÃO/TRANSFERÊNCIA DO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE PELOS ACADEMICOS DE MEDICINA DO FAPAC/ITPAC PORTO PARA O MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL-TO”**, sob a responsabilidade dos acadêmicos pesquisadores Caio Oliveira Moreira e Victória Lourenço Tkatch, a ser realizado na FAPAC/ITPAC de Porto Nacional – TO.

Com o objetivo de identificar se os alunos da FAPAC/ITPAC Porto fizeram sua adesão ou transferiram seu cartão SUS do município de origem para poder usufruir dos serviços públicos de saúde e verificar, também, quem conhece e faz uso das instituições públicas de saúde que fazem parte do SUS. A pesquisa utilizará da seguinte metodologia: Os pesquisadores irão às instalações da FAPAC/ITPAC de Porto Nacional – TO convidar os acadêmicos do 1º, 4º e 8º período para fazerem parte da pesquisa. Caso eles concordem, deverão assinar o Termo de Consentimento. A coleta de dados será através de um questionário impresso, preservando a identificação dos participantes, de acordo com o Código de Ética Médica. A participação dos pesquisados dar-se-á mediante a leitura, obrigatória, e concordância, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguindo as normas do Comitê de Ética (CEP).

Confirmo que todos os seguimentos da pesquisa seguirão ainda os seguintes princípios:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução N. 466/2012 CNS/CONEP e da Norma Operacional N. 001/2013.

Iniciar esta pesquisa apenas após emissão do parecer favorável emitido pelo CEP;

- A garantia dos pesquisados solicitarem e receberem esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;
- A garantia do sigilo quanto à identidade dos pesquisados;
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa;

No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade dos pesquisados retirarem a anuência a qualquer momento da pesquisa, sem penalização nenhuma.

Porto Nacional - TO, 04 de novembro de 2019.

Prof.^a Esp. Maria Dilce Wânia R. A. Nascimento
Pesquisador Responsável

APÊNDICE D

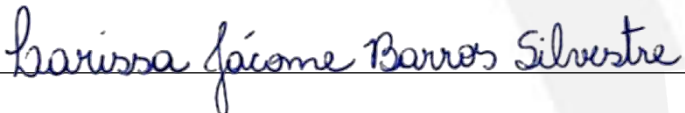


FAPAC - Faculdade Presidente Antônio Carlos.
INSTITUTO TOCANTINENSE PRES. ANTÔNIO CARLOS PORTO S/A
Rua 02, Qd. 07 - Jardim dos Ypês - Porto Nacional - TO - CEP 77.500-000
CX Postal 124 - Fone: (63) 3363 - 9600 - CNPJ - 10.261. 569/0001 - 64
www.itpacporto.com.br

TERMO DE ANUÊNCIA

A Faculdade Presidente Antônio Carlos ITPAC PORTO, está de acordo com a execução do Projeto de Pesquisa intitulado pesquisa “**A ADESÃO/TRANSFERÊNCIA DO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE PELOS ACADEMICOS DE MEDICINA DO FAPAC/ITPAC PORTO PARA O MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL-TO**” coordenado pela pesquisadora Prof.^a Esp. Maria Dilce Wânia R. A. Nascimento, desenvolvido em conjunto com os acadêmicos Caio Oliveira Moreira e Victória Lourenço Tkatch, da FAPAC/ITPAC Porto, com os objetivos de definir se há adesão ou transferência do cartão SUS dos estudantes de medicina da FAPAC/ITPAC Porto de seu local de origem para o município de Porto Nacional – TO. Declaramos conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução 466/12 do CNS. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos da pesquisa nela recrutados, dispondo da infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Porto Nacional, 07 de novembro de 2019.



Larissa Jácome Barros Silvestre
Coord. de Pós-Graduação,
Pesquisa e Extensão
COPPEX/FAPAC/ITPAC PORTO

